

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**333**

**GUERREIROS DA NOVA ERA:  
MACAU NA ENCRUZILHADA COLONIAL  
João de Pina Cabral**

**Brasília**

**2003**

## **GUERREIROS DA NOVA ERA: MACAU NA ENCRUZILHADA COLONIAL<sup>1</sup>**

João de Pina Cabral  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Lisboa

### **Sumário**

Este ensaio é uma crítica à utilização corrente nas ciências sociais dos conceitos de colonialismo e imperialismo, que tende a tratar estas formas de dominação política como se fossem independentes das conjunturas globais políticas, culturais e económicas no momento do seu exercício.

Como exemplo, recorreremos aos conflitos armados entre grupos clandestinos ligados aos casinos (tríades) que ocorreram em Macau no período entre a transferência de Hong Kong do estatuto de colónia britânica para o de Região Administrativa Especial da China (Julho 1997) e Dezembro 1999, quando esta mesma mudança ocorreu em Macau. Explosões de violência deste género são recorrentes na multiseular história deste último território. Esta instância, porém, divergiu das anteriores porque, para surpresa de todos, os novos intervenientes não deram sinais de aceitar os modelos de mediação até aí utilizados.

Como veremos, este conflito correspondeu a uma forma de negociação da transição política que estava em curso. Enquanto que as autoridades chinesas tinham negociado explicitamente com as autoridades coloniais (portuguesas e britânicas) assim como com os principais agrupamentos clandestinos de Hong Kong e Macau, não tinham tomado em conta que os próprios interesses clandestinos interiores à China intervissem, reclamando o seu papel na nova ordem resultantes destas tardias “descolonizações”.

Mais ainda, a encenação desta “guerra” – e a sua ligação ao poderosíssimo mundo dos média de Hong Kong – é particularmente interessante, pois chama a atenção para a relação existente entre cultura popular e legitimação do poder e da violência.

Caía já a noite quando, por entre o intenso tráfico, uma mota parou ao lado de um carro azul na Avenida da Praia Grande. Os motoqueiros puxaram de pistolas de fabrico chinês e dispararam à queima-roupa, matando todos os três ocupantes. Então, aceleraram e desapareceram, deixando os transeuntes boquiabertos e horrorizados com o espectáculo sangrento, fazendo contas ao que se está a tornar crescentemente num

---

<sup>1</sup> Este ensaio, preparado para apresentação no Departamento de Antropologia da Universidade Nacional de Brasília em Março de 2003, baseia-se em material mais desenvolvido no capítulo final de *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*, Continuum Books/LSE Monographs in Social Anthropology, Londres e Nova Iorque, 2002.

grande embaraço para os dirigentes chineses, os futuros donos de Macau. A execução a 4 de Maio [de 1997] destes três homens, que dizem ser figuras graúdas do submundo, foi só o mais recente capítulo em mais de um mês de bombas e assassinatos que já mataram 14 pessoas e feriram 21, na pequena colónia portuguesa de 425 000 habitantes. (Associated Press, 14/05/97)

Assim descreve um jornalista – Raymond Chow da Associated Press – um dos muitos eventos violentos que avassalaram o pequeno território de Macau no sul da China. Jovens vestidos com casacos de couro e capacetes de cabeça inteira de viseira opaca, como máscaras, montados em motas de alta potência, sobressaiam de repente do tráfico corriqueiro da cidade para executar actos de violência finamente encenados tal como o que acabamos de descrever. Eles são romanticamente conhecidos pelos jovens da cidade como *daai6 tau4 fat6* (Buda cabeçudo).<sup>2</sup> Quando o evento descrito ocorreu, um mês antes da entrega de Hong Kong pelos britânicos, o estilo era já bem familiar a todos nestas duas cidades irmãs – não só por causa de ocorrências anteriores, mas também dos “filmes de polícias e bandidos” (*ging2 fei2 pin2*) que constituem uma parte tão importante da indústria filmográfica de Hong Kong e que se tornaram num elemento central da imaginação estética dos habitantes do sul da China e Taiwan.

Conforme se foi aproximando a data da primeira das duas transições de poder colonial no sul da China – Junho 1997 – e durante todo o período interino até Macau também ser entregue à administração chinesa, em Dezembro de 1999, desenvolveu-se uma batalha com, pelo menos, duas frentes. Por um lado, nas ruas e casinos de Macau, onde uma série de actos violentos foi perpetrada, na sua larga maioria por assassinos a soldo que atravessavam a fronteira com a China, realizavam as suas atrocidades e logo voltavam a desaparecer do outro lado da fronteira; por outro lado, na imprensa, nas declarações de advogados, oficiais da polícia, burocratas, diplomatas e até figuras centrais de todos os poderes com interesses na região – e estes, está claro, não se limitam à China, Portugal e Grã-Bretanha. (Por exemplo, a certa altura, sem que se percebesse muito bem porquê, os Estados Unidos e a Austrália declararam Macau como território off-bounds [proibido] para o seu pessoal naval!)

Mas esta guerra foi até batalhada ficcionalmente – uma das principais figuras do submundo macaense (Wan Kuok-koi, conhecido como “Koi do Dente Partido” – Bang Ah Koi) produziu um filme supostamente retratando a sua vida. Chamado *Casino*, o filme inspira-se declaradamente no filme homónimo de Martin Scorsese.<sup>3</sup> A cobertura mediática foi global. As televisões de Hong Kong, o *Time Magazine* (eg. 19/05/97), o *Newsweek* e o *AsiaWeek* (eg. 24/04/98 ou 12/10/99 entre muitas), transportaram longas entrevistas onde lhe foi permitido que arejasse o seu sucesso e divulgasse os seus sentimentos de orgulho pessoal. Desde a BBC e a CNN até ao *Herald Tribune*, não houve nenhum jornal ou agência noticiosa internacional que não divulgasse o facto.

Durante algum tempo, até, a guerra parecia alargar-se, chegando a incluir o Arkansas e Washington, quando se revelou que as associações do Presidente Clinton a

---

<sup>2</sup> As transcrições de palavras em Cantonense (a língua chinesa dominante na região do Delta do Rio das Pérolas) são feitas seguindo o sistema de Sidney Lau (1977), no qual as letras referem o tom do morfema.

<sup>3</sup> *Casino*, Realizador Billy Tam, Actor principal Simon Yam, Mei Ah Laser Disc Co., Hong Kong, DVD-181.

algumas das figuras mais sombrias do submundo de Macau estavam a causar forte embaraço à administração americana – o tão cedo esquecido “Donorgate Scandal”.<sup>4</sup>

Nada disto, porém, duraria muito tempo. Tal como o próprio Dente Partido predisse em 1998, toda a confusão ia terminar sem deixar rasto por ocasião da entrega de poder sobre Macau em Dezembro de 1999. O que ele não soube prever, está claro, é que seria ele o bode expiatório. A leitura de uma sentença prisional para si num estabelecimento de segurança máxima por 15 anos seria a cena final desta guerra filmica. Fotos da sua expressão irritada por trás de barras foram divulgadas pela imprensa mundial, informando ritualmente todos os que quisessem saber que uma nova paz, com novos mestres, estava agora estabelecida.



Fonte: South China Morning Post, 7 Fevereiro 2001.

Mas a cobertura mediática e a encenação cuidadosa da violência foram tão excessivas que o fim formal da administração colonial de Macau será para todo o sempre marcado por esta mancha. Apesar disso, e apesar de tudo sugerir que podemos confiar nos esforços genuínos desenvolvidos pelo Magistério Público, acabou por não ser possível provar no tribunal a responsabilidade de um único dos muitos assaltos e homicídios efectuados. Isso não nos deveria surpreender, já que o mesmo se passa frequentemente um pouco por todo o mundo onde há guerras envolvendo o crime organizado. A verdade é que as figuras principais da guerra eram reconhecidas por todos na cidade e seriam facilmente identificáveis por qualquer adolescente, pois não se esforçavam por escondê-lo. Assim, apesar de sabermos com relativa segurança quem lutava contra quem, muitas perguntas ficam por responder. Por exemplo, qual era a finalidade da luta, quem estava por trás dela?

Tudo indica que o início dos distúrbios se deve a uma disputa sobre territórios entre agiotas nos casinos assim como, segundo a imprensa, a um conflito sobre o valiosíssimo negócio da importação clandestina de tabaco americano para a China. Tal parece, contudo, insuficiente para explicar a forma como os distúrbios neste pequeno enclave de 8 quilómetros quadrados de repente reverberaram por toda a China e mesmo a nível global em ocorrências visivelmente correlacionadas, tais como a deposição do Presidente Estrada nas Filipinas, o escândalo sobre o financiamento chinês da campanha do Presidente Clinton, uma alteração de rotas no negócio das armas no Sudeste asiático, os problemas que surgiram com casinos na Mongólia e em Pequim e, finalmente, as tão noticiadas mudanças que parecem ter ocorrido em Taiwan na relação entre o governo e as máfias chinesas (as tríades).

---

<sup>4</sup> Por exemplo, South China Morning Post 30/04/98 ou Saturday Review 14/03/98.

A natureza da relação entre esta guerra e a decisão de dividir o monopólio do jogo, que veio a ser tomada oficialmente já depois da transição, em 2001, continua por esclarecer. Facto é que o monopólio foi dividido em 2001 entre a empresa anteriormente detentora e uma segunda empresa multinacional de sede nos E.U.A..

Não entrarei aqui em detalhes, pois já apresentei uma descrição e análise destes eventos no meu livro *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macau* (2002). No presente ensaio gostaria de usar este exemplo para examinar a forma como esta ocorrência (na verdade, o último acto formal do Império Português) poderá ajudar-nos a compreender a questão da “descolonização”, que tanto tem sido debatida nos últimos tempos, posicionando-a numa perspectiva comparativa mais alargada do que o enfoque africanista que ela normalmente recebe.

### **Imperialismo e colonialismo**

No seu livro de 1993 sobre *Cultura e Imperialismo*, Edward Said fornece-nos as seguintes definições de “imperialismo” e “colonialismo”:

‘imperialismo’ significa a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante que governa um território distante; ‘colonialismo’, que é quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colonatos [settlements] num território distante. (1993: 9)

Na verdade, na sua simplicidade, estas definições fornecem-nos um sentido geral razoavelmente válido da forma como estas palavras são usadas pela maioria dos autores contemporâneos. Contudo, posso pensar numa série de razões pelas quais elas se revelam enganadoras.

A territorialização das relações de dominação e a ênfase na distância (e falta de continuidade territorial) para determinar o poder imperial, levantam vários problemas (creio que, no Brasil e falando para antropólogos, não necessito de expandir este ponto tal como se tornou necessário recentemente, quando falei para colegas de culture studies anglo-americanos em Londres). Tal tendência tende a transformar um tipo específico de colonialismo no protótipo referencial do que se entende por “colonialismo”. A saber, as instâncias históricas de administração colonial territorialmente extensiva e intensamente capitalizada, associadas a uma clara dicotomização étnica, melhor caracterizadas pelo colonialismo britânico afro-indiano. Mas também pelo americano nas Filipinas e pelo francês em África. Edward Said explicitamente admite tal facto (1993:10). Para mim, porém, tal tendência surge como problemática pelo menos por três razões.

Em primeiro lugar, por relação a tradições de expansão que não partilharam dessas características durante a maior parte do tempo da sua ocorrência ou onde a metrópole não possuía o capital necessário para controlar financeiramente o seu império. Ora tal ocorreu durante largos períodos de tempo e em numerosas regiões do multissecular império português. Macau, onde os interesses económicos portugueses praticamente cessaram com a tomada holandesa de Malaca em 1641, é um bom exemplo. Outro ainda, como Frago e Florentino têm vindo a revelar (2002), é a elite comercial do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e inícios de XIX, que era tão poderosa, que facilmente dispensava da metrópole.

Em segundo lugar, tais definições contribuem decididamente para reduzir a visibilidade de formas de dominação política territorialmente constituídas que não partilham do imaginário do império. Por exemplo, Said sustenta que “Nos nossos tempos, o colonialismo directo praticamente acabou; e o imperialismo [...] prolonga-se

onde sempre esteve, numa espécie de esfera cultural geral como ainda em práticas específicas políticas, ideológicas, económicas e sociais.” (1993: 9) Tal afirmação é profundamente problemática, quando a confrontamos com situações actuais tais como o Tibete ou o sul do Sudão, onde práticas colonialistas de carácter genocidário (e não de uma qualquer “esfera cultural geral”) estão em pleno desenvolvimento.

Em terceiro lugar, a ênfase no domínio explícito cria dificuldades para descrever um número de situações onde forma e conteúdo parecem não corresponder. Por um lado, aquelas onde o imperialismo não está formalmente explicitado. Isto levar-nos-ia a retirar da categoria de imperialismo as situações de domínio económico-político informal efectuadas através das instituições de Bretton Woods, que têm vindo a tornar-se tão patentemente problemáticas hoje em África e na América Latina. Mas também, por outro lado, situações que se apresentam exteriormente como sendo formalmente coloniais mas não partilham das características formais do protótipo britânico dos inícios do século XX (ver Pina Cabral 2001). Aqui, está claro, Macau seria um dos melhores exemplos.

Muitos destes problemas se reduziriam se tivéssemos uma maior preocupação em evitar anacronismos. Esta questão manifesta-se segundo dois ângulos. O primeiro refere-se à diferença entre formulações explícitas e substância. Se o imperialismo é, na realidade, o exercício do poder de soberania sobre um grupo definido territorial ou etnicamente por uma entidade política que lhe é estranha – algo que tem ocorrido em muitas instâncias através da história –, então parece conveniente distingui-lo das instituições legais e políticas tal movimento que produziu no período moderno. Por um lado, porque pode bem haver imperialismo sem que essas instituições formais sejam explicitamente formuladas. Por outro lado, porque os aspectos formais podem bem sobreviver em situações onde as relações de poder efectivo mudaram consideravelmente.

O segundo ângulo a considerar é o que enfatiza a forma pela qual o colonialismo tem sido uma das forças mais responsáveis pela constituição do aspecto globalizado do mundo actual. Há muito tempo que o exercício de poder colonial ou imperial não é algo que possa ocorrer de forma localizada ou isolada – como no caso dos Aztecas, por exemplo, que não podiam imaginar que houvesse outros continentes e não eram conhecidos pelos habitantes dos outros continentes. Desde então, deixou de ser possível tratar o colonialismo independentemente da conjuntura global – política, cultural e económica – que se verifique no momento da sua ocorrência. Dir-se-ia que esta afirmação constitui uma verdade demasiado óbvia, mas na realidade ela é esquecida com excessiva frequência. Para dar só um exemplo gráfico, o tipo de colonialismo liberal, politicamente legitimado e largamente não-racista que se observava em Hong Kong nas décadas de 60 a 90, tinha pouco a ver com o regime político formalmente idêntico que governou a cidade de 1840 à Segunda Grande Guerra. Misturar os dois debaixo da etiqueta “colonialismo”, como é costume fazer, é um exercício enganador que se presta facilmente a utilizações de tipo ideológico.

### **O colonialismo de Macau**

Viremo-nos, então, mais uma vez para Macau. O estatuto político e administrativo da cidadela que os portugueses erigiram nas margens do Delta do Rio das Pérolas na segunda metade do século XVI nunca foi muito claro. Passando por cima da complexa história dos primeiros três séculos, considerarei aqui brevemente os últimos cento e cinquenta anos.

A profunda mudança de condições no Extremo Oriente que ocorreu por ocasião da fundação de Hong Kong em 1840, pôs em causa a sustentabilidade financeira

e administrativa de Macau e levou as autoridades portuguesas a criar um modelo administrativo de tipo colonial na década de 1870, expulsando os Mandarins anteriormente residentes na cidade.<sup>5</sup> Esta mudança de regime foi personificada pela figura trágica do Governador Ferreira do Amaral, cujo gosto pela bravata colonial lhe custou a vida às mãos de bandidos chineses em toda a probabilidade contratados por pessoas muito próximas ao Vice-rei de Cantão. A sua morte e os eventos que ocorreram logo de seguida significaram que, apesar de Macau se ter então tornado formalmente uma possessão colonial portuguesa, as relações de poder efectivas no território nunca chegaram a ser simplificadas. A China nunca aceitou assinar um tratado internacional que validasse a soberania portuguesa sobre o território, contrariamente ao que fez com outras nações coloniais da época, por ter sido militarmente obrigada a tal. Na verdade, não há dúvidas que a única razão pela qual os governos chineses de então não intervieram mais directamente na administração da cidade se prende com o período de colapso dinástico por que a China estava a passar, e os consequentes distúrbios político-económicos.

Na realidade, para o Portugal metropolitano, Macau não era praticamente importante em termos económicos mas sim como um símbolo do poderio imperial português, numa época em que ocorria uma importante luta pelo estatuto de poder colonial no interior da Europa. Assim, se optei por chamar o período que então se inicia “colonial”, não foi tanto por virtude da forma explícita de governo que se praticava no Território à época, mas mais pelas atitudes e atmosfera geral em que se vivia em termos internacionais.

Tudo, porém, mudou rapidamente um século depois, após a Segunda Grande Guerra, com o fim da guerra civil na China e a implantação do regime comunista. Ainda antes de terem tomado o governo em Pequim, já os novos senhores da China tinham manifestado claramente que percebiam que o regime que estavam a montar os iria deixar com fortes desvantagens ao nível do acesso aos mercados internacionais. De facto, a decisão de manter o status quo colonial em Macau e Hong Kong foi tomada pelos comunistas oito meses antes de chegarem a Pequim e estava baseada num raciocínio fundamentado em óbvias motivações políticas e económicas. Em Fevereiro desse mesmo ano de 1949, em Hebei, Mao Tsetung informou o enviado especial de Estaline (Anastas Mikoyan) dessa decisão estratégica (ver Fernandes 2000a: 57-58).

Na década de 1950, o bloqueio à China realizado pelo poderes ocidentais (sob a alçada da NATO), confrontava este país, mais uma vez, com o seu velho problema isolacionista – que tinha estado na origem da própria fundação de Macau, quatro séculos antes. Mais ainda, o papel que pretendia desempenhar nas lutas de libertação que ocorriam então na Ásia e África (e o seu envolvimento directo na Guerra da Coreia, em particular), significava que a China necessitava de se rearmar. Hong Kong era importantíssimo em termos económicos e comerciais, mas o papel dominante que os interesses americanos aí jogavam significava que não poderia ser usada como porta informal para o mercado negro internacional. Assim, Macau tornou-se o ponto de entrada para enormes quantidades de produtos que eram indispensáveis para a sobrevivência do regime de Mao: petróleo, metais, automóveis, produtos químicos, etc. Estes eram comprados com ouro pelo representante da República Popular no Território, o Consórcio Nam Kwong, e chegavam até a não passar fisicamente pela cidade.

Estas práticas eram realizadas de forma tão descarada que começaram a acumular-se queixas graves contra Portugal no Comité da China da NATO. Portugal acabou por decidir tomar uma posição, o que só serviu para irritar a China. A tibia

---

<sup>5</sup> Responsáveis pela administração da população chinesa e pelo posto alfandegário chinês.

tentativa de travar este comércio clandestino ensaiada em 1952 está na origem dos problemas fronteiriços então ocorridos, em que morreu um soldado landim às mãos dos colegas do posto chinês e que, de forma tão tipicamente macaense, acabou por se resolver de forma silenciosa quando os novos controlos alfandegários foram discretamente esquecidos.

Um dos produtos mais importantes em jogo era o ouro. Tendo sido um país neutro durante a Segunda Guerra, Portugal não tinha sido signatário dos Acordos de Bretton Woods que proibiam a importação de ouro para fins privados. Assim, estando fora do Fundo Monetário Internacional, e contrariamente a Hong Kong, Macau podia funcionar como uma clearinghouse (bancada) para o ouro de que a China tanto necessitava para a compra de produtos no mercado negro internacional.

Um simples exame das estatísticas oficiais do governo de Macau sugere imediatamente a grandiosidade do que estava em causa. Entre 1949 e 1973, um pouco menos de 934 toneladas de ouro entraram legalmente em Macau – pagando impostos de entrada, que, à época, constituíam o principal rendimento da administração. Há ampla evidência de que todo este dinheiro foi reexportado (claro, senão as ruas de Macau hoje seriam pavimentadas com ouro), mas não há qualquer declaração formal de exportação e não houve qualquer cobrança de direitos de exportação (Fernandes 2000b).

No decorrer dos anos 50, a República Popular foi aumentando paulatinamente o seu controlo sobre as decisões políticas no Território. Por alturas do início da Revolução Cultural já tinham conseguido expelir os representantes dos Nacionalistas (Kuomintang) do Território e conseguido tomar o poder sobre as associações de bairro – que viriam a constituir uma infra-estrutura de administração informal durante o período pós-colonial. Nessa ocasião, sentindo que poderiam vir a perder o controlo sobre o monopólio do ouro, como tinham já perdido sobre o monopólio do jogo, o grupo de capitalistas integrando a Associação Comercial de Macau promoveu um levantamento contra os portugueses ao estilo maoísta. As ocorrências iniciaram-se a 3 de Dezembro de 1966 e prolongaram-se por quase todo o ano subsequente, tendo acabado por terminar por pressão explícita das autoridades chinesas. Estas últimas, conforme foram voltando ao poder depois do pior período de distúrbios civis ligado à Revolução Cultural, começaram a preocupar-se com a necessidade de manter o status quo em Macau, pois continuavam dependentes desta porta indispensável para o mercado negro internacional.

A partir de então, um novo regime de governo foi instituído na cidade. Todas as actividades do governo formal eram supervisionadas por um governo sombra (instalado de forma oficiosa no Consórcio Nam Kwong) cujo poder se baseava no controlo das associações de vizinhos e da imprensa de língua chinesa. Por altura do colapso do regime fascista-colonialista português, em 1974, foram as próprias autoridades chinesas que se recusaram a negociar qualquer transição de poderes. Assim, a partir de 1976, e depois do governo português ter retirado as suas tropas do Território, este foi governado por meio de um artigo especial da Constituição Portuguesa, que declarava Macau “um território chinês sob administração portuguesa”.

Mais uma vez, chamo a este período “pós-colonial” menos por referência às instituições formais de governo vigentes à época, que continuaram a ser declaradamente coloniais até 1999, do que por relação à forma como Macau se inseria numa ordem internacional em que prevaleciam atitudes e condições pós-coloniais.

Em suma, quando acabou por ocorrer a descolonização formal, todos estavam preparados para ela. Os que achavam que tinham que se proteger e às suas famílias contra a insegurança civil que tem caracterizado a história da China, já tinham feito planos de abandono há com muito tempo. Em Hong Kong, o colonialismo tardio foi



lembrado como um período de prosperidade, de governo razoavelmente eficiente e responsável, de liberdade política. O Handover, apesar de inevitável, foi marcado por um profundo sentimento de nostalgia. Pelo contrário, em Macau, onde a República Popular já governava efectivamente desde os anos 60, toda a gente estava entusiasticamente a favor da transferência de poderes. Só que toda a gente tinha razões diferentes para isso, como acabou por se revelar.

A descolonização de Macau em Dezembro de 1999, foi mais uma dessas instâncias de compatibilidade equívoca que caracterizam a cidade (ver Pina Cabral 2002). Para a liderança chinesa em Pequim e Cantão, foi um passo central na afirmação da integridade nacional chinesa – as feridas do período de ocupação estrangeira (1840 a 1946) ainda estão bem vivas entre os líderes comunistas; para a classe média chinesa local, o assumir pela primeira vez na sua história de funções administrativas foi um momento importante de afirmação étnica perante os seus oponentes do passado (a elite administrativa eurasiática do Território) tanto quanto os do futuro (os migrantes recém-chegados da China continental); para os portugueses em Portugal, tratou-se de uma afirmação de modernidade e europeísmo, um triunfo simbólico face à opinião pública internacional.

Na ausência de qualquer expectativa realista da instituição de um neocolonialismo económico, o público português entusiasmou-se com a entrega de Macau da mesma forma como, um pouco mais tarde, se envolveu com profundo emocionalismo no caso da independência de Timor Leste. Estes foram momentos importantes de validação de um sentimento de orgulho em ter transformado relações imperiais em relações de colaboração e fraternidade linguística do tipo que, pelo menos idealmente, são sustentadas com o Brasil (ver Vale de Almeida 2000). A exuberância da reacção popular portuguesa a estes momentos só pode ser compreendida se contextualizada por relação às tristes memórias das guerras coloniais africanas – que continuam a ser vistas pela maioria dos portugueses como uma imposição ditatorial feita por um regime odiado – assim como por relação ao sentimento de ignomínia pública e traição fraterna que continuam nos nossos dias a acompanhar a memória das independências africanas, logo seguidas pelo seu triste séquito de morte fratricida, rapina económica e colapso cultural (ver Feijó e Pina Cabral 2001).

No meio disto tudo, a eclosão da Guerra das Tríades ligada à entrega de Hong Kong à China em 1997, veio deitar um balde de água fria sobre todos: os portugueses, que nunca chegaram a perceber que é que eles tinham a ver com o assunto; os britânicos, cuja aparente eficiência estava a ser posta em causa, revelando tensões que eles mal tinham coragem de admitir; a liderança chinesa, que pensava ter resolvido a questão co-optando os principais elementos do submundo de Hong Kong; a elite chinesa local, cujo momento de glória estava a ser estragado pela exposição pública da roupa suja.

Que se estaria, então, a passar?

### **A paz no feudo**

Nas suas desesperadas tentativas de puxar para os portugueses o ónus da responsabilidade sobre o que se passava por ocasião do Handover de Hong Kong, as autoridades britânicas e a imprensa anglo-americana dessa cidade repetidamente se insurgiram contra o governo de Macau, declarando que a razão para estas guerras era a sua corrupção e falta de eficiência. Perante a chacota geral, porém, os representantes das autoridades de Macau insistiam com alguma inocência que, apesar do que se pudesse criticar, a paz sempre tinha reinado no Território e que nada tinha mudado que justificasse o que se estava a passar. De qualquer forma, sublinhavam, o público em

geral e os visitantes aos casinos não se deviam preocupar, porque a violência que estava a ocorrer correspondia a crimes detalhadamente encenados entre figuras do submundo. E realmente tinham razão. Apesar da guerra se ter prolongado por três anos, o número do que os americanos agora chamam collateral damages foi extremamente reduzido. Raras foram as pessoas feridas ou mortas que não estivessem directamente envolvidas com o submundo ou alguma das suas principais personalidades.

Explosões bélicas deste género entre os diferentes grupos armados que canalizam os consideráveis interesses clandestinos e sub-clandestinos que perpassam o Território não são desconhecidos na história da cidade – a única coisa que divergia neste caso era a duração e o excesso da teatralização. Os residentes antigos continuam a lembrar-se de explosões deste tipo muito anos depois delas terem ocorrido. Por exemplo, no início dos anos 70, no que aparentemente foi uma guerra entre duas famílias de agiotas de casino, um andar inteiro do principal casino da cidade, o vistoso Hotel Lisboa, foi totalmente destruído a fogo de metralhadora. As autoridades, porém, tanto quanto os interesses envolvidos, parece que se esquecem de tudo no preciso momento em que as balas deixam de voar. O ínfimo tamanho de Macau e a sua permeabilidade à enorme China significam que qualquer outra atitude seria positivamente suicidária.

No dia-a-dia, contudo, a paz reina de facto nas ruas da cidade. Todos os que já lá vivemos sabemos que se trata de um ambiente bastante seguro para toda e qualquer pessoa que não se meta com os assuntos clandestinos. O tipo de crime esporádico que choca o visitante estrangeiro que consulta as páginas dos jornais locais, deixa os residentes bastante frios: eles sabem que esses mundos têm regras e que os crimes estão ligados a quem as quebrou.

Não se trata aqui, de forma alguma, de tentar justificar tais atitudes e tal forma de vida pública. A minha intenção é unicamente a de argumentar que há uma condição indispensável para poder governar uma cidade que se especializa em casinos, lavagem de dinheiro, prostituição, tráfico de armas, comércio clandestino de ouro, drogas, etc.: tem que se fabricar a todo o custo o que Max Gluckman e Evans-Pritchard chamaram uma “paz no feudo” (ver Gluckman 1955). Os vários interesses armados – que, neste caso, se conglomeram em torno a um tipo de associação criminosa conhecida como tríade – tendem a estabelecer equilíbrios que permitem longos períodos de paz superficial. Recorrentemente, devido a processos de substituição geracional ou mudança de bases de poder, irrompem conflitos violentos que, por norma, se resolvem em curto prazo.

Ambos estes factores parecem ter estado presentes no submundo de Macau por ocasião do handover de Hong Kong. Por um lado, novas figuras estavam a tentar estabelecer-se na cidade, procurando encontrar um nicho de poder num nível superior ao das actividades quotidianas do submundo da cidade. A tentativa de Wan Kuok-koi de se tornar uma personalidade mediática deve ser percebida dessa forma. Deixou muitos colegas furiosos e, no fim, acabou por levá-lo à sua destruição. Por outro lado, a crise asiática e a necessidade da China de proteger a sua moeda contra os ataques das instituições internacionais através da proibição de exportação de capitais, criaram uma crise imobiliária em Macau (um mercado artificialmente empolado pela lavagem de dinheiro). De repente, as dívidas não podiam ser cobradas, as falências surgiram em cadeia e o conflito imediatamente explodiu.

As autoridades e os principais intervenientes imediatamente lançaram os mecanismos usuais para resolver esse género de situações. Por exemplo, já em Junho de 1995, conforme começaram a surgir os primeiros sinais inquietantes, a polícia promoveu um encontro entre os quatro principais chefes das tríades locais. Segundo

noticiaram os jornais, aí se formou uma aliança que tomou por nome “Grupo dos Quatro Unidos”. Mais tarde ainda, quando este processo parecia ter falhado, fizeram-se assaltos homicidas a algumas das figuras centrais (tais como o que descrevemos no início desta comunicação) com a finalidade de limpar o terreno. A polícia de Macau e as autoridades de Hong Kong e da China tentaram puxar uma das figuras mais mediáticas para fora da cidade – o próprio Wan Kuok-koi, ou Dente Partido, como ele é mais conhecido. Reforçou-se a coordenação entre as várias forças policiais, por forma a impedi-las de tomar lados, como era hábito anteriormente. Conforme mecanismo sobre mecanismo foram falhando e a guerra se foi intensificando, porém, começava a tornar-se óbvio para todos que novos actores estavam a entrar em cena e que o que estava em causa não tinha sido previsto por ninguém.

### **Irmãos de armas**

A persona fílmica de Wan Kuok-koi chama-se “Gigante” e não, prosaicamente, “Dente Partido”, como ele é conhecido na realidade. Para desempenhar o seu papel escolheu a vedeta de Hong Kong Simon Yam, que se especializava há longa data em filmes de “polícias e bandidos” (ging2 fei2 pin2). Este, por sua vez, é irmão de Peter Yam, o conhecido ex-chefe do Gabinete de Tríades e Crime Organizado de Hong Kong que, à época, era director da Unidade Táctica da Polícia. Quando lhe foi perguntado pelos jornalistas qual era a sua opinião de Dente Partido, o actor afirmou que ele era um “bom chefe” (a good boss), enfatizando: “Eu respeito-o como um amigo. Os filmes frequentemente exageram.” É de notar que a palavra Cantonense que geralmente se traduz em Inglês por boss é “irmão mais velho” (daai6 goh1).

A ênfase sobre o valor da fraternidade é central a toda a aura atribuída no sul da China às associações do submundo. John Colmey, por exemplo, quando entrevistou Wan Kuok-koi para o Time Magazine (20/04/98), afirma: “Para Dente Partido, é tudo parte da ‘guerra elegante’ (beautiful war), na qual os vencedores são escolhidos pelo Deus da Guerra chinês, Kuan Yu, a quem todos os verdadeiros tríades pedem ajuda. ‘Mas eu sou um tipo conservador,’ diz Wan. ‘Isso quer dizer defender os interesses da sociedade, lutar pelos irmãos e guardar os códigos da irmandade.’” Ao ouvi-lo pressentimos os ecos das falas do irmão de sangue do próprio deus, o guerreiro Liu Pei. No romance clássico que deu origem à lenda do Deus, o seu irmão de sangue afirma, num momento de desespero: “Um irmão é como um membro. Mulheres e crianças não são mais do que roupas que, quando rasgadas, podemos reparar. Mas quem pode reparar um membro que foi arrancado?” (quoted by Moss Roberts in Lo 1976: xxiii)

Quem não estiver familiarizado com a China poderá não tomar em conta com um dos aspectos centrais deste ideal de fraternidade que é tão central à herança confuciana, a saber o facto dele coexistir com um profundo sentimento de dependência hierárquica. Na verdade, o conceito de “submissão fraterna” (ver Hsieh 1967: 177ff.) funciona como uma das principais metáforas estruturantes da quotidianidade moderna chinesa, desempenhando um papel central na atribuição de significado às relações interpessoais de sujeição e suporte mútuo que constituem o próprio cerne das associações de jovens – tanto no empresariado como nos bandos juvenis. O laço genético entre sentimentos familiares e vassalagem política, que era tão vivamente enfatizado pela velha tradição neo-confuciana, continua vivo.

O termo usado para irmão mais velho (ou dominante) (daai6 goh1) tem uma utilização amplamente difundida para significar chefe, patrão ou líder. O termo correspondente para irmão mais novo (sai3 lo2, lit. pequeno fulano) mais uma vez agrega implicações de protecção e de submissão. O laço de fraternidade (de submissão e lealdade mútua) constitui, assim, um elemento estruturante central da constituição

simbólica das relações de cooperação masculina que são omnipresentes na vida quotidiana e nas relações económicas dos Cantonenses.

Ao conceber o filme com o qual esperava coroar o seu sucesso, Wan Kuok-koi inspirou-se no filme de Martin Scorsese e no seu herói, o actor Robert De Niro. Mas, ao mesmo tempo, o seu imaginário inscreve-se numa longa tradição ficcional, cujas raízes estão profundamente estabelecidas na história da China e são essencialmente pré-modernas. Talvez o exemplo mais brilhante da actualização moderna desta tradição (para além dos filmes de Bruce Lee) seja a obra do magnata jornalístico de Hong Kong e Singapura Louis Cha (também conhecido como Jin Yong) traduzida em Inglês como *The deer and the cauldron* (1999), que tem sido serializada tantas vezes pelos canais televisivos tanto da China como de Hong Kong.

Nas batalhas de rua de Macau, “Budás Cabeçudos” aceleram sobre motos poderosas, espalhando uma morte (que, segundo eles, é “merecida”) no meio do trânsito de ponta ou entram calmamente em restaurantes cheios para alvejar o inimigo escolhido, voltando a sair com toda a celeuma. A Guerra das Tríades foi feita de actos preparados com elevado faro cénico. Por exemplo, um dia uma moto à qual o tampão do tanque tinha sido retirado, foi acelerada e deixada ir sem condutor a toda a velocidade pelo meio de uma rua, vindo a entrar pelas portas de vidro abertas de uma loja, onde explodiu, incendiando a fachada do prédio. Outra vez, um carro bomba explodiu sem qualquer vítima, para logo voltar a explodir cinco minutos depois, quando os polícias e os jornalistas se estavam a aproximar como abutres, ferindo levemente alguns destes. Tratava-se de um anúncio à imprensa.

Mesmo a forma como o Wan foi finalmente apanhado tem um aspecto estranhamente filmico. O automóvel do chefe da polícia português de Macau rebentou vistosamente enquanto este, segundo ele próprio afirmou, fazia jogging numa colina sobre a cidade. Terá sido o seu cão que terá cheirado a pólvora, alertando-o e salvando a sua vida no último momento. As suas entrevistas à televisão, homenageando o cão foram vistosas. Umas horas mais tarde, Dente Partido estava a assistir a uma entrevista televisonada de si mesmo transmitida num dos canais de Hong Kong numa das salas do Hotel Lisboa, quando a polícia irrompeu, acompanhada de fotógrafos jornalísticos e operadores de vídeo e o prendeu por suspeita de ter mandado implantar a bomba.

Acontece que o lançamento do seu filme estava planeado para o dia seguinte num dos cinemas mais finos de Hong Kong, em Causeway Bay. Assim, quando a cerimónia decorreu sem a sua presença, a imprensa entrevistou a sua mulher e amigos, que deram saudosos testemunhos das suas supostas qualidades pessoais. A ironia é que nunca se pode provar que tenha havido qualquer envolvimento seu neste caso – aliás, a probabilidade de que isso tenha acontecido, ou que se tenha pensado que tal fosse o caso, foi sempre muito baixa.

Esta é a fotografia do momento de captura publicada pelo South China Morning Post:



Fonte: South China Morning Post (7 de Fevereiro 2001).

A importância que este modelo de irmandade tem na imaginação popular da região pode ser avaliada em termos do seu impacto nos comportamentos religiosos. Nas ruas de Cantão, Macau e Hong Kong, o culto de Kwan Kong (em Mand. Kwan Yu), o Deus da Guerra, só tem competidor no culto de Kun Yam (em Mand. Kwan Yin), a Deusa Budista/Daoísta da Compaixão. A existência mítica de Kwan Kong radica-se no romance épico clássico Os Três Reinos (Lo 1976), uma obra do período Ming (século XV) cujos temas centrais são a fraternidade e a sua relação com o discurso de integração nacional – a luta pelo revivalismo Han.

De facto, o laço nacionalista/eticista com o restauracionismo Han é central para compreender o que se passou nas ruas de Macau. Apesar de, nos nossos dias, todos os informantes abalizados insistirem que já não há quase nenhuma componente mística no associativismo juvenil que constitui o alicerce das políticas do submundo do sul da China, esse sentimento de legitimidade continua a ser muito forte. As tríades encontram a sua origem mítica na luta dos chineses Han (o grupo étnico maioritário na China) contra o domínio Manchu. Esta noção nunca foi abandonada e as tríades desempenharam um papel importante no lançamento da República chinesa.

Essa aura nacionalista/eticista, que valida o associativismo juvenil, permeia toda a cultura chinesa e, assim, não pode ser surpreendente que, confrontados com a dominação estrangeira, as autoridades chinesas tenham frequentemente mostrado simpatia para com as tríades. Conforme a fórmula “um país, dois sistemas” foi sendo posta em funcionamento nas décadas de 80 e 90, as autoridades da República Popular sentiram-se obrigadas a informar abertamente que a transferência de poderes em Hong Kong e Macau não iria prejudicar os negócios das tríades. A imprensa citou repetidamente o famoso comentário de Deng Xiaoping de que as seitas secretas de Hong Kong “também são patrióticas” (eg. Sunday Times 30/08/97). Para além disso, em Maio 1997, Wong Man-fong, um diplomata chinês que tinha estado em funções em Hong Kong, informou a imprensa de que se tinha encontrado com os principais chefes das tríades antes de assinar o Acordo Sino-Britânico de 1984, para lhes informar que, se eles não causassem instabilidade em Hong Kong, o governo não lhes prejudicaria os seus negócios. Finalmente, em Abril de 1993, o chefe do Gabinete de Segurança Pública (a figura máxima das polícias chinesas), Tao Siju, informou os jornalistas de

que algumas tríades “patriotas” constituiriam excelentes aliados, desde que estivessem preocupadas em manter a prosperidade e estabilidade de Hong Kong (Associated Press, 14/05/97).

No início dos anos 90, as autoridades chinesas estavam a preparar activamente a transferência de poderes nestes dois territórios. Não só tinham conseguido vitórias significativas nas negociações com a Grã-Bretanha e Portugal, como a sua voz estava a ser ouvida com cada vez mais atenção a nível internacional. Os medos iniciais das populações de Hong Kong e Macau relativos ao “jugo comunista” tinham sido afastados pela forma sistemática como se tinha vindo a implementar a fórmula “um país, dois sistemas”. Até os elementos do submundo das futuras Regiões Administrativas Especiais tinham sido co-optados. Que faltava então?

### **As margens interiores**

Crescentemente, foi-se tornando patente que os crimes estavam a ser realizados por atiradores que vinham do lado chinês da fronteira, executavam as suas tarefas sangrentas com armamento e munição de tipos fabricados pelo Exército de Libertação Popular, e logo desapareciam do outro lado da fronteira. A luta, que inicialmente tinha envolvido as duas principais tríades do território (a 14 Quilates e a Gasosa – shui fong) começou a envolver um número crescente de membros de uma nova associação – o “Grande Círculo”, um grupo associado aos meios militares chineses, que controlam sectores fundamentais do submundo de Xangai. Na Prisão de Alta Segurança de Coloane, em Macau, foi necessário constituir três pavilhões totalmente isolados, para que os membros de cada uma destas tríades não entrassem em contacto.

As ligações à China continental dos principais inimigos de Wan Kuok-koi, nomeadamente o seu ex-parceiro, “Kai si (mercado)” Wai, foram-se tornando cada vez mais visíveis. Os jornais informaram que a cerimónia de abertura do novo casino lançado por este homem, só tinha sido tornada possível por virtude da presença em massa de atiradores e guarda costas cuja afiliação aos corpos de elite do Exército de Libertação Popular era por demais explícita.

Finalmente, deve-se ter tornado patente para as autoridades chinesas que só havia uma forma de terminar o conflito que estava a estragar a imagem pública da reintegração territorial chinesa. Era necessário reagir positivamente às exigências dos interesses em jogo.

Nos últimos dias de Maio de 1998, a liderança chinesa de Zhuhai (a zona vizinha de Macau) foi mudada para se aproximar dos círculos militares chineses. Em Julho havia já sinais de que a colaboração entre as diferentes forças policiais do território e o Ministério da Segurança Pública chinês tinha sido incentivada. Um número considerável de liaison officers e de experts militares chineses estava já em Macau. Finalmente, em 18 de Setembro, na cerimónia de inauguração do III Plenário do Comité de Organização da Região Administrativa de Macau, o Vice-Primeiro-Ministro Qian Qichen declarou que uma pequena guarnição seria sediada em Macau. Tal afirmação era contrária aos acordos feitos com Portugal, que tinham sido oficialmente confirmados ainda há menos de um ano. As autoridades portuguesas protestaram, está claro, mas já sem grande veemência.

Nos últimos dias do mês, o Casino Lisboa convidou a banda militar do Exército Popular de Libertação para visitar Macau. Por Outubro começaram a surgir informações na imprensa de que a “cooperação” entre as forças policia macaenses e as forças militares chinesas tinham aumentado ainda mais. O Ministério da Segurança Pública lançou em Zhuhai um gigantesco exercício de treino contra “o crime marítimo e terrestre” envolvendo mais de 1000 homens.

Os principais associados de Dente Partido foram sendo apanhados um a um, mortos por tríades ou presos pela polícia. Em Novembro de 1998 os seus consideráveis recursos financeiros foram congelados pelo tribunal. Por essa altura, já havia notícias nos jornais de que a sua tríade (14K) tinha entrado num processo de conflito interno. Em Março de 1999, houve uma tentativa de passar julgamento sobre Dente Partido, mas acabou tudo por ser interrompido e o juiz rapidamente reenviado para Portugal. Finalmente, quatro semanas antes da entrega de poderes (em 23 de Novembro de 1999) foi sentenciado a 15 anos de prisão, os seus bens foram integralmente confiscados e os seus associados que estavam presos foram todos sentenciados.

No dia a seguir à cerimónia de entrega de poderes, um pequeno destacamento de soldados do Exército de Libertação Popular foi aquartelado em Macau. Não foi, nem nunca seria, a sua presença o que pôs termo tão repentino a uma guerra que durava há tantos anos. Mas, tal como tinha afirmado Dente Partido, nessa altura, de uma forma ou outra, tudo tinha que terminar.

Dependendo de uma visão altamente centralista do estado, as autoridades chinesas tinham abordado estes territórios sempre como margens desgovernadas do seu sistema e assim tinham historicamente lidado com elas. Tinham feito as negociações com as margens exteriores. O que não tinham contemplado era que a China também tem margens interiores. A descolonização destes territórios não representava meramente a sua integração formal num sistema publicamente legitimado de governo. O discurso “patriótico” das tríades enquanto uma resposta Han ao domínio estrangeiro permitiu-lhes levar a cabo negociações com estas no exterior da China. Mas as associações de tipo tríade que permeiam também o interior da China Han e das suas principais instituições formais, não tinham sido contempladas. Esses interesses mostraram nas ruas de Macau que também tinham que ser tomados em conta no rearrumo de lugares que estava a ocorrer com a descolonização formal. O que estava em causa não era, precisamente, novas formas locais de obter lucro, mas sim a penetração nos mercados negros internacionais que sempre ocorrera em Macau.

## Referências

- CHA, Louis (alias Jin Yong) (1999). *The deer and the cauldron*. Trans. John Minford. Oxford University Press, Hong Kong.
- FEIJÓ, Rui G. e PINA CABRAL, João de (2001). “Do Ultimato à morte de Amália: Notas sobre a sociedade e a identidade portuguesas no século XX” em colab. com Rui G. Feijó, in *Século XX. Panorama da Cultura Portuguesa*, vol. 1 “As Ciências e as Problemáticas Sociais”, coord. Fernando Pernes, Fundação Serralves/Ed.s Afrontamento/Porto 2001, Porto, pp. 61-80.
- FERNANDES, Moisés (2000a). *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas*. Lisboa, fundação Oriente.
- FERNANDES, Moisés (2000b). “Confluência de interesses. Portugal, Macau e a China” in *História* 21, Lisboa, pp. 56-67.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo (2002). “A comunidade de mercadores do Rio de Janeiro e o mercado atlântico português na passagem do século XVIII para o XIX” in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (org.s) *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GLUCKMAN, Max (1955). *Custom and Conflict in Africa*. Oxford, Basil Blackwell.
- HSIEH Yu Wei (1967). “Filial piety and Chinese society” in Charles A. Moore (org.) *The Chinese Mind: Essentials of Chinese Philosophy and Culture*. Honolulu, University of Hawai Press.
- LAU, Sidney, 1977, *A Practical Cantonese-English Dictionary*, The Government Printer, Hong Kong.
- PINA CABRAL, João de (2000). “Galvão among the cannibals: the emotional constitution of colonial power” in *Identities* vol. 8 (4), pp. 483-515 (Versão parcial em português - “Galvão na terra dos canibais: A constituição emocional do poder colonial” in *Novos Estudos/CEBRAP* 57, 2000, São Paulo, pp. 124-140).
- PINA CABRAL, João de (2002). *Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao*. Londres e Nova Iorque, Continuum Books/London School of Economics Monographs on Social Anthropology.
- ROBERTS, Moss (1976). “Introduction” in Lo Kuan-chung, *Three Kingdoms: China’s Epic Drama*. Nova Iorque, Pantheon Books.
- SAID, Edward W. (1993). *Culture and Imperialism*. Nova Iorque, Vintage Books.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel (2000). *Um mar da cor da terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras, Celta Editora.



SÉRIE ANTROPOLOGIA  
Últimos títulos publicados

324. RAMOS, Alcida Rita. Bridging Troubled Waters: Brazilian Anthropologists and their Subjects. 2002.
325. PEIRANO, Mariza G.S. The Sins and Virtues of Anthropology - A reaction to the problem of methodological nationalism. (Pecados e Virtudes da Antropologia - Uma reação ao problema do nacionalismo metodológico). 2003.
326. SEGATO, Rita Laura. Uma Agenda de Ações Afirmativas para as Mulheres Indígenas no Brasil. 2003.
327. CARVALHO, José Jorge de. A Tradição Musical Iorubá no Brasil: Um Cristal que se Oculta e Revela. 2003.
328. DELGADO, Ana Luiza. Índios Esotéricos. por um novo turismo urbano. 2003.
329. SEGATO, Rita Laura. El Sistema Penal como Pedagogía de la Irresponsabilidad y el Proyecto "Habla Preso: el derecho humano a la palabra en el cárcel". 2003.
330. SEGATO, Rita Laura. Antropología y Psicoanálisis. Posibilidades y Límites de un diálogo. 2003.
331. NERY, Paulo Roberto Albieri. Relatos de Viagem e Construção da Pessoa em Guimarães Rosa: o deslocamento como valor. 2003.
332. SEGATO, La Argamasa Jerárquica: Violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del Derecho. 2003.
333. PINA CABRAL, João de. Guerreiros da Nova Era: Macau na Encruzilhada Colonial. 2003

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Brasília  
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368  
Fone/Fax: (061) 273-3264/307-3006  
E-mail: [dan@unb.br](mailto:dan@unb.br)